

# “A culpa é do governo”

VICENTE NUNES E  
ANDREA CORDEIRO

DA EQUIPE DO CORREIO

**H**á dois dias no Brasil, para encontros com representantes do governo e da iniciativa privada, o economista José Barrionuevo, diretor de Estratégia de Mercado para as Américas do Barclays Capital, um dos maiores bancos de investimentos da Inglaterra, avisa: a inflação ainda não caiu de forma mais acentuada no país por culpa, principalmente, do governo.

Em entrevista exclusiva ao *Correio Braziliense*, ele diz que, não fossem os reajustes das tarifas públicas pela inflação passada, os mais importantes índices de preços ao consumidor já estariam variando entre 0,3% e 0,4% ao mês. Diante de tal constatação, Barrionuevo diz que esgotaram os argumentos do Comitê de Política Monetária (Copom) para não baixar a taxa básica de juros (Selic), que está em 26,5% ao ano. A seu ver, já na próxima semana o Copom cortará a Selic em pelo menos 0,5 ponto percentual. Leia a seguir os principais pontos da entrevista.

## O grande vilão

“O que mais tem chamado a atenção dos investidores é a firmeza do governo no combate à inflação. Agora, não há como negar que o governo tem sido e continuará sendo, pelo menos em junho e julho, o principal responsável pelos altos índices de inflação. Se hoje há inércia inflacionária no país, ela está sendo sustentada pelo governo, por meio dos contratos de reajustes das tarifas públicas, firmados pelo governo anterior, que sempre levam em conta a inflação passada. É o repasse da inflação para os preços administrados que está impedindo a queda mais rápida dos índices de custo de vida. Isso ficará explícito a partir de agosto, quando o grosso dos reajustes tarifários terá passado. A inflação ficará entre 0,3% e 0,4% ao mês.”

## Juros devem cair

“Com a inflação em queda e sendo pressionada quase que exclusivamente pelas tarifas públicas, não há mais justificativa para o Copom não baixar os juros. Política monetária restritiva não tem nenhum efeito sobre tarifas públicas. Sendo assim, a taxa básica

de juros pode cair pelo menos 0,5 ponto percentual na próxima semana. Na minha avaliação, a Selic cairá mais rápido do que o mercado está esperando.”

## Efeito contrário

“A minha percepção é de que a insistência do Copom de manter os juros inalterados por um prazo muito longo terá o efeito inverso ao do aumento da confiança na política monetária. O mercado começará a desconfiar da sustentabilidade da dívida pública, pois será inaceitável para o Brasil conviver com juros reais (descontada a inflação) próximos de 20% ao ano. Trata-se de um custo altíssimo e desnecessário. Além disso, a demanda está baixíssima. Não há, portanto, nenhum risco de descontrole de preços se os juros caírem.”

## Crescimento à vista

“Na atual conjuntura, em que vários países correm o risco de deflação e de estagnação, o Brasil está em uma posição privilegiada e continua crescendo, mesmo que a taxas pequenas. A nossa previsão é de que o PIB se expanda 1,7% neste ano e 3,5%, no próximo. Para que esse crescimento seja sustentado, os juros têm de cair e as reformas constitucionais, sobretudo a da Previdência, precisam ser aprovadas pelo Congresso.”

## Sem intervencionismo

“Apesar de todos os avanços em termos de credibilidade, os investidores ainda temem que o governo opte por uma política industrial intervencionista. Essa preocupação é clara e inibe a entrada de recursos. Eu já fui representante do FMI para a Coréia e sei muito bem que intervencionismo leva ao fracasso. Desde que a Coréia abriu mão dessa política, o país se tornou um dos maiores receptores de capitais.”

## Líder da América Latina

“O Brasil está merecendo toda a confiança recebida do mundo. O país é um dos poucos do mundo que está compromissado com reformas. Por isso, não há dúvidas de que o Brasil tem de assumir o papel de líder da América Latina e mostrar para a região que é possível ter uma política econômica sólida, pautada no respeito às leis e aos contratos e indicando um futuro melhor.”

Ricardo Borba 19.06.02



BARRIONUEVO: “SERÁ INACEITÁVEL PARA O BRASIL CONVIVER COM JUROS REAIS PRÓXIMOS DE 20% AO ANO”